

A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO COMO MEDIADORA NA INCLUSÃO DO AUTISTA

Rita de Cássia Ferreira Silva
Anne Sullivan University
rita81238461@gmail.com

Resumo: O presente estudo visa promover uma reflexão sobre três pontos, a saber: primeiro será realizado um breve relato do conceito de autismo, posteriormente será levantadas ideias a respeito da inclusão do autista na escola regular e concluirá com as possíveis contribuições da psicologia no processo educacional da pessoa com autismo. Trata-se de um estudo descritivo, onde se utiliza como metodologia, a pesquisa bibliográfica tendo como suporte autores, a exemplo de: BLEULER (1908), GAUDERER, (1943), KANNER (1943), ASPERGER (1944), os quais trazem contribuições importantes em dissertações e artigos que versam sobre os referidos assuntos. Os resultados do estudo demonstraram que o autismo é uma deficiência que vem aumentando constantemente e se percebe que cada vez mais se necessita de conhecimentos, possui grande relevância o seu estudo no âmbito social, tendo a psicologia da educação como uma possível aliada para esse processo.

Palavras-chave: Psicologia da educação. Autismo. Inclusão.

Introdução

A literatura define o espectro autista como um transtorno global do desenvolvimento que afeta o crescimento normal da criança, sendo caracterizado pelo desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e na comunicação, assim como pela presença de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. Nesse caso, os comprometimentos desse transtorno já podem ser percebidos antes dos três anos de idade em crianças, fase esta que coincide com a idade escolar. Entre as condutas estabelecidas para auxiliar pessoas autistas a se desenvolverem, a educação pode ser considerada um dos principais tratamentos para esse transtorno, por ser um modelo mais integrador, pragmático, natural e respeitoso com as capacidades do autista, além de estar centrada na comunicação, sendo esta como núcleo essencial do desenvolvimento.

Sendo considerado como uma síndrome comportamental, o autismo possui etiologias e curso de um distúrbio de desenvolvimento caracterizado por um déficit social visualizado pela inabilidade em relacionar-se com o outro, usualmente combinado com déficit de linguagem e alterações de comportamento. Ou seja, a criança parece vivenciar o seu próprio mundo, sem demonstrar reações com outras crianças.

Em 1944, um médico vienense conhecido por Hans Asperger já postulava sua preocupação com a educação das crianças acometidas pelo transtorno, e hoje, de acordo com Revière (2004) se aceita de forma quase universal que o tratamento mais eficaz de que dispomos para o autismo é a educação. Porém precisa-se de uma educação voltada para realmente atender essa demanda.

Atualmente no Brasil, embora não existam dados epidemiológicos estatísticos encontrados para total comprovação, é estimado um número crescente de pessoas que apresentam essa síndrome. Como já foi citado anteriormente, o espectro autista é classificado como um transtorno global do desenvolvimento e pode observa-se, desde antes do três anos de idade, aspectos que dificultam a relação e a comunicação de maneira usual com as pessoas. Mas para isso, a educação precisa demonstrar como modelo integrador capaz de desenvolver as capacidades dessas pessoas, sendo válido salientar que é um processo envolvido por implicações e dificuldades que engloba inclusão no âmbito educacional e para tanto se acredita que a psicologia da educação possa ter grande contribuição nesse aspecto.

Apesar da crescente importância dos temas “Inclusão em Educação” e “Educação Especial”, há uma necessidade de mais estudos se aprofundando na questão da inclusão de alunos autistas na escola regular. E diante desta justificativa faz-se necessário refletir de que forma a psicologia da educação pode ou vem contribuindo para essa realidade.

Um breve relato sobre o Autismo

A primeira pessoa a utilizá-la o termo autismo, foi o psiquiatra austríaco Eugen Bleuler, em 1908, para se referir a um dos critérios adotados em sua época para a realização de um

diagnóstico de Esquizofrenia A palavra referia-se a tendência do esquizofrênico de “ensimesmar-se”, tornando-se alheio ao mundo social – fechando-se em seu mundo, como até hoje se acredita sobre o comportamento autista.

Em 1943 o psicólogo norte americano Leo Kanner estudou com mais atenção 11 pacientes com diagnóstico de esquizofrenia. Observando o autismo como característica mais marcante; neste momento, teve origem a expressão “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” para se referir a estas crianças.

No ano de 1944, Hans Asperger, psiquiatra e pesquisador austríaco, quase ao mesmo tempo em que Leo Kanner, escreve o artigo “A psicopatia autista na infância” o qual, um ano depois é publicado. Esse estudo ele observou que o padrão de comportamento e habilidades que descreveu, ocorria preferencialmente em meninos, que essas crianças apresentavam deficiências sociais graves – falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, conversação unilateral, intenso foco em um assunto de interesse especial e movimentos descoordenados.

A partir de 1980 foram surgindo novas tecnologias de estudo, as quais permitiam investigação mais minuciosa do funcionamento do cérebro da pessoa com exames como tomografia por emissão de pósitrons ou ressonância magnética. Doenças que anteriormente eram estudadas apenas a partir de uma perspectiva psicodinâmica passaram a ser estudadas de maneiras mais cuidadosas.

Manuais diagnósticos, tais como, o DSM – IV TR e o CID – 10 caracterizam o autismo como um transtorno pervasivo do desenvolvimento no qual existe comprometimento severo em áreas como: diminuição do contato ocular; dificuldade de mostrar, pegar ou usar objetos; padrões repetitivos e estereotipados de comportamento; agitação ou torção das mãos ou dedos, movimentos corporais complexos; atraso ou ausência total da fala.

A National Society for autistic children o encara como um distúrbio do desenvolvimento que se manifesta de forma incapacitante por toda a vida, aparecendo tipicamente nos três primeiros anos de vida. Define como critérios para diagnóstico do autismo o precoce comprometimento na esfera social e de comunicação. Este Transtorno Invasivo do

Desenvolvimento acomete apenas cinco entre cada dez mil nascidos ocorre em famílias de todas as configurações raciais, étnicas ou sociais.

Gauderer (1993) afirma que maioria das crianças com diagnóstico do Transtorno de Espectro Autista tem fisionomia normal, e sua expressão séria pode passar a ideia, geralmente errada, de inteligência extremada. Apesar da estrutura facial normal, no entanto, estão quase sempre ausentes a expressividade das emoções e receptividade presentes na criança com desenvolvimento típico. Nem sempre o autismo está associado a deficiência mental. Às vezes ele ocorre em crianças com inteligência classificada como normal. O chamado “déficit intelectual” é mais intenso nas habilidades verbais e menos evidente em habilidades viso-espaciais. É muito comum, no entanto, crianças com este diagnóstico apresentarem desempenho além do normal em tarefas que exigem apenas atividades mecânicas ou memorização, ao contrário das tarefas nas quais é exigido algum tipo de abstração, conceituação, sequenciação ou sentido.

No ano de 1998 a revista Lancet publicou um artigo do cientista inglês Andrew Wakefield, no qual ele afirmava que algumas vacinas, entre elas a tríplice (mmr – sarampo, catapora e rubéola), poderiam causar autismo. Esses estudos foram totalmente desacreditados por outros cientistas e descartados posteriormente, pois mais de 20 estudos mostraram que, de fato, a associação da vacina ao autismo não tem fundamento e nada que comprove de fato tal suspeita.

Em 2014, o autismo atingiu mais de 1% da população, cerca de mais ou menos 70 milhões de pessoas no mundo, sendo dois milhões aproximadamente no Brasil, segundo dados encontrados em estudos do Instituto PENSI (Autismo e realidade). No mento sabe-se que é crescente o número de crianças com autismo em todo mundo e que as políticas públicas vem buscando maneiras de oferecer atendimentos e acompanhamentos a esta população.

Inclusão escolar do autista

Incluir alunos com deficiência na escola vem sendo uns dos grandes desafios que percorre a nossa educação brasileira, e é pior ainda quando esse aluno possui uma deficiência que exige

uma preparação adequada, como é o caso do autismo, uma doença crescente e que acomete já uma boa quantidade de pessoas no mundo inteiro. Neste ponto de vista, Torna-se necessário que a escola crie oportunidades, viabilize professores e pessoas de contato direto com essas crianças formas de vencer barreiras da sala de aula regular.

Vale ressaltar que o fato do aluno ser inserido na escola regular, não significa acreditar que foram realmente incluídos no processo de aprendizagem. O processo de inclusão vai muito mais, além disso, é necessário que o aluno autista participe do processo educacional e que seja aceito por todos como alguém que, apesar das limitações existentes é possível aprender, assim como outra criança. Basta, no entanto, procurar antes de qualquer coisa aceitar esse aluno como um ser com possibilidades de ir além daquilo que lhe é oferecido. Cabe, no entanto reflexões e identificar o que é possível para diminuir ou evitar o que levar a impedir o avanço desse aluno.

Camargo e Bosa (2009) alegam haver poucos estudos sobre a inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino, mas que vem aumentando ao longo dos anos, devido ao constante aumento desta demanda. Ainda para s referidos autores, tal fato parece refletir a realidade de que a inclusão escolar ainda está mais voltada para as deficiências que implicam menor adaptação e reestruturação da escola, de modo que crianças com déficits cognitivos acentuados, como os autistas, não são considerados em suas habilidades educativas.

Conforme Brizolla (2009), a inclusão escolar aparece na história da educação com uma tarefa aparentemente “incontestável” e isenta do embate ideológico. Segundo a autora, numa primeira impressão, a política de inclusão escolar apresenta um caráter unificador entre as divergências ideológicas, pois é uma política que sofre pouca resistência a suas propostas para a educação.

A Política Nacional de Educação Especial publicada em 1994 caracteriza a educação especial como:

[...] um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou de altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu

alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. (BRASIL, 1994, p. 17).

Numa perspectiva inclusiva a educação brasileira tem diante de si o desafio de possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola. A educação especial é a capacidade de a escola atender às diferenças em salas de aula, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem especial), é o aceitar o aluno com toda sua especificidade e subjetividades. O que não se torna uma tarefa fácil, necessitando de muitos conhecimentos, boa vontade, erros e acertos e acima de tudo perseverança.

Portanto, se faz necessário que seja entendida quais são as políticas públicas de educação inclusiva estabelecidas em documentos legais sendo fundamental para identificar os avanços e recuos presentes no sistema educativo.

O sistema educacional precisa buscar uma adaptação para receber a criança, acolhendo as novas demandas que se apresentam e atentando para o que apesar desse limite, é possível fazer muita coisa para dá o mínimo de qualidade de vida para esse sujeito. Como percebemos, o processo de inclusão no âmbito educacional é extremamente delicado, exigem-se desde um espaço físico adequado, professores capacitados e especializados, políticas realmente comprometidas e voltadas para atender efetivamente esse público e principalmente, um compromisso que parte de todos os sujeitos envolvidos nesse contexto.

A psicologia da educação e suas possíveis contribuições para inclusão do Autismo

Parte-se da premissa que a cultura é fundamental no processo de desenvolvimento dos sujeitos, a qual amplamente é motivo de discursões defendida pela teoria de desenvolvimento humano histórico-cultural, a qual teve origem com os estudos de Lev Semionovich Vigotski (1896-1934). Tal estudo é subsidiado por este referencial teórico e, portanto, propõe-se a deslocar as discussões sobre o funcionamento orgânico no autismo para a entrada destes sujeitos na cultura. Nesse referencial teórico, cultura é entendida como o conjunto das produções humanas,

englobando a linguagem, os instrumentos, os modos de funcionamento linguístico-cognitivo, as práticas sociais entre outros.

Ao atribuir à mediação dos signos condição primordial para constituição das funções humanas, Vigotski (2000) destaca esta função como principal no desenvolvimento do homem, já que, para este autor, ela media relações interpessoais e, posteriormente, intrapessoais, acreditando que não há funcionamento humano fora do domínio da linguagem. Desse ponto, então, a linguagem encontra-se no centro do humano, todas as suas formas de manifestações se tornam alavancas para o desenvolvimento dos sujeitos, pois o sujeito, ao fazer uso da linguagem para comunicação, passa a se inserir cada vez mais na rede de relações sociais e, assim, mantendo-se no movimento dialético da constituição humana (VIGOTSKI, 2000; PINO, 2005).

Desde a infância até a velhice, os indivíduos continuam se construindo e (re) construindo enquanto sujeitos a todo o momento, em suas relações e práticas sociais e, conseqüentemente, aquilo que o meio social oferece é determinante do papel que cada sujeito vai exercendo na sociedade. A adolescência é o período da vida de transformações, tais que, os sujeitos deixam a infância e passam a ingressar no mundo dos adultos, e isso ocorre tanto nos aspectos orgânicos quanto biológico e na formação da identidade, não sendo um processo eminentemente natural, mas sim, determinado também por culturas e social. No caso dos adolescentes autistas ou com o desenvolvimento atrelado a alguma deficiência, a passagem da infância para a adolescência pode ser atribulada ou ainda não ocorrer de maneira efetiva, permanecendo eles sempre na condição de crianças. Isto é ocasionado pela atribuição de sentidos que o grupo social lhes oferece e não ocorre somente com adolescentes, mas todos seres humanos de modo geral. Diante deste contexto a psicologia educacional pode contribuir efetivamente de forma a fornecer meios específicos que venha a contribuir para desenvolver medidas efetivas do desenvolvimento humano, assim como fornecer meios para professores e orientadores possa se embasarem na transferência de informações. Sejam informações simbólicas, concretas, reais, imaginárias, contudo que traga sentido para o aprendizado.

A psicologia dentro do contexto educacional vem ser uma forte ferramenta de contribuição para a atribuição da identidade ao autista, mais particularmente, nos aspectos relativos à sua

educação, oferecendo tanto para o aluno autista como para o educador técnicas padronizadas de treinamento comportamental, capaz de possibilita um possível desenvolvimento de identificação.

Considerações finais

O presente artigo apresentou uma breve discursão através de recursos bibliográficos a respeito do autismo, o processo histórico, a inclusão da criança a autista na escola regular e as contribuições da psicologia da educação como uma possível ferramenta mediadora de mudanças comportamentais inclusivas para o autista e professores.

Foi visto que o autismo é uma doença de fundos neurológicos comportamentais, na qual se dá ainda nos anos iniciais e que possui varias dificuldades após seu processo. Sabe-se que é muito difícil estabelecer contato com esse individuo, na qual, exigem-se, portanto, preparos e treinamentos adequados. Vale ressaltar que a escola é tida como porta de entrada inclusiva, mas que precisa ainda de mudanças constantes e renováveis capazes de estimular uma busca de conhecimentos e não simplesmente o processo de incluir.

Diante do estudo realizado, nota-se que o autismo é uma doença especial, difícil de lidar, mas que a pessoa com esse transtorno não é e não deve ser considerado como incapaz, e sim como uma pessoa com limitações específicas, que merece respeito e cuidados específicos. Contudo deve-se refletir quea educação especial foi marcada por mudanças significativas que podem ser entendida nas bibliografias revisadas, porém vale frisar que mesmo com tantas tentativas, lutas e conquistas ainda há muito para ser feito, o desafio é grande. O processo de inserção da educação especial deve ser inclusivo em todos os âmbitos e nesta perspectiva a psicologia da educação pode trazer varias contribuições para essa área de estudo, pois permite um leque de estratégias, possibilitando um processo inclusivo satisfatório.

Referências

Autismo – um breve histórico. - Portal Comporte-se. Disponível em <http://www.comportese.com/2010/09/autismo-um-breve-historico>. Acesso em 07/07/2017.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRIZOLLA, Francéli. Implementação de políticas públicas de inclusão escolar: a matriz cognitiva como ferramenta de acompanhamento do processo. In: 32ª REUNIÃO DA ANPED – GT 15 – EDUCAÇÃO ESPECIAL. Caxambu, Outubro 2009. CD-ROM.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. *Psicologia e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

DAVID, V. F. Autismo e educação: a constituição do autista como aluno da rede municipal no Rio de Janeiro. Rio Jan, Fev. 2012.

GAUDERER, E.C. Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área; do especialista aos pais. Brasília: Ministério do Bem-Estar Social, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Em Aberto, Brasília, ano 13, n.60, out./dez. 1993.

História do Autismo - Autismo & Realidade - Instituto PENSI. Disponível em: <http://autismo.institutopensi.org.br> › Informe-se › Autismo. Acesso em 07/07/2017.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.